

“INTENÇÕES E INTERVENÇÕES SOCIAIS”: OS MOMENTOS DA ATUAÇÃO ESTATAL DIANTE DAS CRISES HABITACIONAIS EVIDENCIADAS EM NATAL, NO SÉCULO XX.

“SOCIAL INTENTIONS AND INTERVENTIONS”: THE MOMENTS OF THE STATE PERFORMANCE AHEAD OF CRISES HABITACIONAIS EVIDENCED IN NATAL, IN CENTURY XX.

RESUMO

O presente artigo tem como tema “políticas públicas habitacionais”, tomando a capital norterio-grandense – Natal – como estudo de caso. Dentre as discussões que esta temática suscita, as preocupações centrais que nortearam a pesquisa se propõem a responder as questões: Como os discursos e as ações propostas e consolidadas pelo Estado, lidaram com o problema da habitação em Natal, sobretudo, o relacionado ao déficit habitacional afigurado nas camadas mais carentes da população? Que lógicas e objetivos impulsionaram essas ações? O objeto de estudo do artigo conforma-se, dessa maneira, na relação entre a questão da habitação social em Natal, entendida como a moradia produzida e financiada por órgãos estatais, e as soluções dadas aos problemas relacionados a ela pela administração pública local. O conteúdo dessa pesquisa apresenta uma sistematização de estudos referentes ao supracitado tema e levantamentos realizados em periódicos locais e documentos oficiais da época, encontrados nos arquivos públicos e privados da cidade, nos quais, objetivou-se identificar e interpretar os planos e intervenções de reação do poder público diante dos momentos de crise de moradia, evidenciados no período compreendido entre os anos de 1889 e 1964, apontar esses momentos e periodizar essa atuação, analisando os discursos que impulsionaram essas ações.

Palavras-chave: habitação social, crise habitacional, políticas públicas.

ABSTRACT

The present article has as theme "habitational public politics" taking the capital Northerio-grandense - native - as case study. Among the discussions that this theme raises, the concerns contract that they orientated the research intends to answer the subjects: how the speeches and the proposed actions and done consolidate by the State, did they work with the problem of the habitation in Natal, above all, done the related to the habitational deficit figure in the most lacking layers of the population, in the first half of the century XX? What logics and did objectives impel those actions? The object of study of that article conforms, this way, in the relationship among the subject of the social house in Natal, understood as the produced home and financed by state organs, and the solutions given to the problems related to her by the local public administration. The content of that research presents a systemization of studies regarding the foregoing theme and risings accomplished in local newspapers and official documents of the time, found in the public and private files of the city, us which, it was aimed at to identify and to analyze the plans and interventions of reaction of the public power due to the moments of home crisis, evidenced in the period understood among the years of 1889 and 1964, separating that performance, as well as, analyzing the speeches that impelled those actions.

Key words: crises of the habitation, public politics, social house.

1. INTRODUÇÃO DOS CAMINHOS PERCORRIDOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo refere-se à produção da habitação popular por órgãos estatais em Natal, de 1889, ano da Proclamação da República, até 1964, quando foi criado o Banco Nacional da Habitação – BNH. Tal proposição constitui-se em um desdobramento da pesquisa que está sendo desenvolvida no mestrado em Arquitetura e Urbanismo, do programa de Pós-Graduação da EESC/USP, intitulada “Habitação Social: origens e evolução. Natal (1889-1964)” e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Sabe-se que a evolução da história da habitação brasileira perpassa de fins do século XIX até o segundo quartel do século XX, pela: concepção e luta contra os cortiços, barracos, etc. e a

consolidação dos Códigos de Postura, a partir de fins dos 1880; construção das vilas operárias, a partir das primeiras décadas do século XX; instituição da Lei do Inquilinato, em 1942, e a crise habitacional resultante; surgimento das favelas nos anos de 1940, culminando na criação do BNH, em 1964. Dentre as discussões que esta temática suscita, as preocupações centrais que nortearam a pesquisa se propõem a responder as questões: Como os discursos e as ações propostas e consolidadas pelo Estado, lidaram com o problema da habitação em Natal, sobretudo, o relacionado ao déficit habitacional afigurado nas camadas mais carentes da população, na primeira metade do século XX? Que lógicas e objetivos impulsionaram essas ações? O objeto do estudo conforma-se, dessa maneira, na relação entre a questão da habitação social em Natal, entendida como a moradia produzida e financiada por órgãos estatais, e as soluções dadas aos problemas relacionados a ela pela administração pública local.

O conteúdo desse artigo, portanto, apresenta uma sistematização de estudos referentes ao supracitado tema e levantamentos, nos quais, objetivou-se identificar e analisar os planos e intervenções de reação do poder público diante dos momentos de crise de moradia, apontar esses momentos e periodizar essa atuação, analisando os discursos que impulsionaram essas ações. Nesse sentido, o estudo se deu a partir da análise de duas variáveis: o discurso oficial que justificou a atuação da administração pública local e as ações concretizadas no setor da habitação social, fundamentando-se em pesquisas em periódicos locais e em documentos oficiais – leis, decretos, mensagem de governo, etc. –, encontrados nos arquivos públicos e privados da cidade. Configura-se, juntamente com as reflexões que ele suscita neste sentido, contribuições para o conhecimento e representatividade das intervenções realizadas na capital norte-riograndense no setor habitacional, assim como, de sua importância e significado; trazendo novos elementos para a historiografia local, sobretudo, acerca das políticas públicas de habitação destinada a população carente da cidade.

2. NATAL E OS MOMENTOS DE CRISE HABITACIONAL

A cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, “já nasceu cidade”, sendo fundada em fins do século XIV, mais especificadamente no ano de 1599, período em que se evidenciava a possibilidade de invasão francesa ao Brasil e a conseqüente vontade do rei de Portugal, Felipe II, de instalar fortificações de vigilância em pontos estratégicos do litoral da colônia (CASCUDO, 1999, p.25). Passados séculos de sua existência, Natal ainda se conformava pelo Forte dos Três Reis Magos, a Igreja Matriz e poucas habitações de taipa instaladas nas suas imediações e dispostas nas poucas ruas irregulares. Foi somente no primeiro quartel do século XIX, com a abertura dos portos brasileiros às nações estrangeiras, que a cidade vislumbrou um significativo crescimento populacional, que acarretou em diversas mudanças em seus hábitos sociais.

Essa conjuntura culminou diante das precárias condições higiênicas e de habitabilidade verificadas, na eclosão de diversas epidemias como, a febre amarela (1850), a cólera-morbo (1855) e a varíola (1877 e 1882) (SOUZA, 25/07/1943, p.04), e conseqüentemente, em intervenções sanitárias, consolidadas por engenheiros e médicos, que acabaram por introduzir transformações na estrutura física e nas habitações da cidade. Ao Estado, caberia nesse momento, edificar os equipamentos de assistência à saúde coletiva, consolidar melhoramentos sanitários e elaborar medidas de caráter restritivo e punitivo para garantir o bem estar geral da população. Essas medidas (ou normas) culminaram na elaboração, após a Proclamação da República (1889), dos Códigos de Posturas: um conjunto de disposições legais que regeram as ações da Polícia Sanitária, criada em 1892, com o intuito de prevenir e reprimir por meio de uma severa fiscalização das edificações, o que pudesse vim a comprometer a saúde pública.

Em fins do século XIX, foi iniciada em Natal em concordância com o cenário nacional, uma “ação higiênica e embelezadora”, que objetivava reverter o ainda precário quadro sanitário da cidade e de suas habitações, e qualificar o espaço urbano, sobretudo a área central, com uma série de intervenções e melhoramentos na infra-estrutura. Nesse período, segundo a imprensa local, a elite dominante intentava equiparar Natal aos principais centros europeus e, para tanto, adotou como baliza para suas ações o modelo cultural importado daquele continente, o qual

julgava como o arquétipo perfeito para a construção da cidade almejada: a da modernidade. Natal passou então por diversas mudanças e mostrou-se proscênio para a disseminação de estereótipos de estilos de vida cada vez mais parecidos com os europeus. Em muito contribuiu, nesse sentido, a publicação diária de matérias nos jornais locais, enfatizando os acontecimentos políticos e novos hábitos provenientes das transformações naqueles países. Segundo Oliveira (1999), isso despertou o interesse dos natalenses em fazer parte do “mundo modernizado”. Paulatinamente foi se conformando o “novo” cenário urbano e sendo modificando os “ares coloniais” da capital, adequando-a aos anseios “modernos” de sua elite dominante.

As ações públicas no sentido de qualificar estético e higienicamente as edificações, sobretudo a habitações, a partir de 1892, foram ordenadas principalmente pelos Regulamentos da recém criada Inspeção de Higiene e do Departamento de Saúde Pública, e pelas Resoluções da Intendência Municipal (Códigos de Postura), e equivaliam, essencialmente, a proibição da construção de cortiços e habitações em taipa e madeira, ao nivelamento e rebaixamento de calçadas das edificações, a ligação das moradias às novas redes de água e esgotos, especificações de recuos, intervenções nas fachadas (elevação da altura e construção de platibandas) e no interior das residências (especificação da altura do pé-direito, do número e dimensões de portas e janelas, das áreas dos cômodos, dos revestimentos de foros e pisos, etc.) e até acerca do tipo de fechamento dos terrenos (proibição das cercas de madeira e determinação da altura dos muros). Obras que muitas vezes a população foi forçada a realizar, dentro do prazo especificado pelos órgãos competentes, sob pena de elevadas multas.

A obrigatoriedade do cumprimento das disposições estatais, sem muitas vezes levar em consideração o poder aquisitivo da população, ocasionou na saída de diversas famílias carentes, sem condições de arcarem com as despesas que seriam despendidas para a adequação de suas residências aos preceitos estéticos e higiênicos das elites “em prol do projeto de embelezamento da cidade”, para os arrabaldes da cidade; verbalizando o **primeiro momento** de crise habitacional em Natal. De acordo com DANTAS (1998), essas ações também se baseavam no modelo europeu de afastamento das classes perigosas do centro da cidade e das áreas ocupadas pelas elites. Esses regimentos equivaleram, portanto, ao início da normalização do uso e ocupação do espaço urbano e da segregação social da população pobre em áreas distantes do centro.

As soluções dadas pela Intendência da Cidade frente ao agravamento do problema habitacional com as desapropriações resultantes das reformas por que a cidade vinha passando, da nova legislação imposta e da grande seca de 1903/1904, foram: a abertura e capacitação de cinco ruas (Araguay, Manoel Vitorino, Occidental, América e Borburema), nas proximidades do cemitério da cidade e o loteamento dos terrenos para a construção de moradias populares, em 1902; o aluguel de armazéns e a construção de ruas de barracões em áreas periféricas, em 1906; e referências à construção de três pequenas vilas higiênicas, em 1911. Foi a partir dessa proposta que o Estado passou a atuar de forma mais consciente, reconhecendo seu dever de propiciar soluções aos problemas do habitar, sobretudo, aos relativos às classes mais carentes. A partir desse momento também, foi inserida no contexto e nas proposições relacionadas à habitação social, as figuras dos migrantes e dos mendigos, consideradas pela imprensa local da época, como os principais elementos conformadores das chamadas “classes laboriosas”: equivalendo à primeira representação de “perigo” das classes pobres na cidade. Como alternativa de moradia para essa população o governo estadual criou centros e abrigos noturnos.

Apesar do “empenho” da elite administrativa, o estado sanitário da cidade e de suas habitações ainda se mostrava bastante precário nas primeiras décadas do século XX, devido à ocorrência de períodos de estiagem, o que propiciou o retorno de epidemias, como a varíola, e impulsionou o fluxo migratório em direção à capital, corroborando para a exacerbação dos problemas urbanos e de fiscalização das construções e conservação de moradias. Essa conjuntura determinou a persistência dos temas nas medidas formuladas pelo Estado.

A luta contra os cortiços e habitações coletivas insalubres tomou vulto em fins da década de 1920. Era recorrente nos jornais da época, a publicação de críticas direcionadas a rigorosidade dessas normas formuladas pelos órgãos de higiene e pela Intendência, assim como, a

arbitrariedade dos delegados, fiscais e inspetores de higiene, e da polícia sanitária e das construções, para se fazer cumprir as determinações. A interdição de habitações para se proceder as devidas adequações, a desocupação de habitações coletivas e, nos casos mais extremos, a demolição de edificações, tornou-se uma prática comum na época.

Concomitantemente, e de acordo com o contexto nacional, a população natalense passou a exigir do Estado ações mais concretas no sentido de por fim aos “mocambos” e “cortiços” que enfeavam e comprometiam a salubridade da cidade, e a sua substituição por habitações mais dignas aos desfavorecidos, primando pelo modelo higiênico das “casas operárias”. Requerimentos esses expostos, sobretudo, pelos jornais do grupo de esquerda:

(...) A nossa capital esta cheia de mocambos, (...). Portador de males sem conta, para a população e para a cidade, o ‘mocambo’ desperta um infalível ar de nôjo e de penuria, como se fora exclusivo factor de pauperismo, de mendicancia, da miseria (...). As ‘casas operarias refletem, positivamente, a plausivel solução para o combate ao mocambo (...) É um gênero de elevada assistencia, que (...) importa grande somma de vantagens à vida higienica que necessitamos viver (O PROBLEMA..., 17/03/1926, p.01).

O projeto de teor elitista de reforma urbana e melhoramentos estéticos resultou, nessa década, no chamado pela imprensa local “problema de tecto”, a **segunda representação** de crise habitacional em Natal, evidenciada principalmente pela edificação de inúmeros “mocambos” na cidade. Diante desse quadro, a administração pública passou a incentivar a construção de casas e vilas populares, por meio da concessão de terrenos e isenção de impostos. No entanto, as ações ficaram restritas ao plano do discurso e às propostas de concepção de bairros operários inclusas no Plano Geral de Obras de Saneamento, elaborado pelo agrimensor Giacomo Palumbo, em 1924, e no Plano de Sistematização de Saturnino de Brito, do ano de 1929, e na criação e capacitação, em 1927, do bairro de Lagoa Nova, situado na periferia da cidade e destinado a abrigar “toda gente pobre” (O NOVO..., 28/03/1926, p.01). Paralelamente, deu-se continuidade ao projeto intitulado pela imprensa da época de “processo de construção da cidade para os visitantes”, caracterizado essencialmente por diversas restrições à pobreza. Nesse contexto, foi terminantemente proibida a permanência de ambulantes nas ruas da cidade e a mendicância em geral. A de então, só seria permitida a livre circulação de mendigos, desempregados e migrantes nas ruas de Natal, se os mesmos possuísem o registro de inscrição obtido junto à prefeitura; devendo à noite se dirigirem aos abrigos construídos para esse fim.

A partir de 1930, a cidade passou a ser alvo de análises e palco para intervenções sistematizadas em um programa de âmbito nacional, instituído pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945), cujo intuito era o de modernizar as suas estruturas. Em Natal, esse momento marca uma mudança na atuação da administração pública – responsável pela instituição de legislação restritiva, capacitação e melhoramentos do “ambiente de morar” – que passa a conceber diretamente moradias. Foi, nesse contexto, construída a primeira vila operária, em 1932, com casas “(...) dotadas (...) do conforto indispensavel às habitações modernas e com predomínio de observancia dos preceitos de higiene architectural. (...) que (...) graciosas e elegantes, (...) serão, (...) abrigo e lar de modestos operarios (...) (A REPÚBLICA, 03/12/32, p.01).

A questão habitacional foi ainda mais evidenciada em todo o país com a chegada da década de 1940 e o efetivo “despertar” para a industrialização (BONDUKI, 2002). A partir desse momento em Natal, o Estado passou a intervir incisiva e diretamente na concepção de habitações sociais, por meio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAP’s – (1937), e da Fundação da Casa Popular – FCP– (1946): os primeiros órgãos federais a atuarem no setor da habitação social. De certa forma, até esse momento, o problema da moradia urbana em Natal era intimamente relacionado ao “mau gosto” das residências. Porém, com a instalação da Base Norte Americana, a chegada das tropas na capital, no ano de 1942, e a entrada de uma grande leva de imigrantes na cidade – atraídos pelo “progresso econômico” evidenciado pelas novas ofertas de emprego e pelo aumento do dinheiro circulante – esse problema deixou de ser pontual e se alastrou na cidade. Essa conjuntura resultou no **terceiro momento** de crise de moradias, caracterizado pelo déficit habitacional e pela grande procura por hospedagens, pensões, hotéis e

casas para se alugar; o que impulsionou a construção de habitações, ao mesmo tempo em que inflacionou os preços das locações, negligenciando a Lei do Inquilinato instituída em 1942, que congelava esses valores. Eram quotidianamente publicadas nos jornais locais em circulação, ordens de despejo e notas sobre os exorbitantes aumentos dos preços de aluguéis, considerados por Ferreira (1996), como a outra face da “febre de construções” por que Natal passou na década de 1940. Essa “febre” compilava um quadro diferente do nacional, marcado pela crise na construção civil em decorrência da Lei do Inquilinato e da elevação dos preços dos materiais de construção, devido às altas taxas pagas para importação durante a II Guerra. Em Natal, a ascensão dos valores dos materiais foi absorvida pelo custo dos aluguéis, contribuindo também para a sua elevação.

Com o fim da Guerra e a perda do dinamismo das atividades comerciais, resultante da saída de circulação do capital de parte dos militares da cidade, Natal sucumbiu a uma crise social e econômica, representada principalmente pelo aumento do número de desempregos, que perdurou por toda a década seguinte. Em de 1950, a ocorrência de uma outra grande seca acarretou na exacerbação do problema da falta de habitação destinada à parcela populacional de baixa renda e culminou no surgimento de diversas favelas na cidade, que caracterizam o **quarto momento** de crise de moradias. Com o intuito de amenizar a escassez de moradias evidenciada, a administração pública atuou em quatro frentes: criação de bairros e loteamentos periféricos; incentivos, concessão de terrenos, financiamentos e construção de habitações populares – casa própria; relocação e/ou capacitação de favelas e; reforma de qualificação higiênica/estética de habitações; merecendo destaque os programas habitacionais implementados a partir de 1961 pelo Governador Aluizio Alves, que buscou financiamentos junto a órgãos nacionais e internacionais, como a USAID americana – Aliança para o Progresso (ALVES, 2001).

A produção de moradias populares pelos IAP's e pela FCP foi decaindo nos primeiros anos da década de 1960, interrompendo sua atuação em 1964, quando a governo militar antipopulista, extinguiu os Institutos e centralizou a previdência no INPS – Instituto Nacional de Previdência Social – transferindo, por outro lado, as atribuições das carteiras prediais e da FCP para o Banco Nacional da Habitação – BNH. Os programas de governo referentes à habitação de caráter social também foram interrompidos nesse ano.

3. A PERIODIZAÇÃO DA AÇÃO ESTATAL... CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento do estudo foram identificados dois momentos de atuação estatal no campo da habitação social em Natal. O primeiro iniciado com a Proclamação da República (1889) que se prolongou até fins da década de 1920, caracterizado pela ação legisladora do Estado no campo da habitação; e um outro, de 1930 a 1964, no qual, a administração pública passou a atuar – intervir e conceber – moradias de forma direta e incisiva.

No primeiro momento (1889-1929), a intervenção estatal por meio de uma legislação rigorosa (punitiva e restritiva) para concepção e adequação de habitações foi guiada por um projeto mais amplo, implementado pelo Governo Federal a partir da formulação de Leis que se propunham a reverter o quadro sanitário das cidades do país e, conseqüentemente, de suas residências. Essas normas apresentavam em seu cerne um conteúdo segregador, uma vez que impunham cláusulas – normalização do uso do solo e investimentos na aparência das edificações – que a população carente não tinha condições de cumprir, forçando esses habitantes a se deslocarem para áreas distantes do centro; fazendo emergir os primeiros subúrbios de Natal. A reforma de fachadas, a adequação de residências insalubre e a substituição de residências desalinhas e malsãs por outras mais saudáveis e “modernas”, podem ser citadas como intervenções recorrentes neste período. O objetivo dessas ações era criar um novo cenário da cidade, mais “moderno”, higiênico e belo, como forma de atrair investimentos, equiparando-a aos grandes centros europeus. Ao contrário das cidades européias, nas quais as transformações no espaço e nas habitações das cidades vieram como resultado do processo evolutivo eclodido com a Revolução Industrial, em Natal assim como em outras cidades brasileiras, essas mudanças estavam diretamente relacionadas aos interesses das elites política, econômica e intelectual para o seu próprio uso fruto dentro do seu projeto modernizador. Para tal, buscavam dotar a cidade de

estruturas e valores que julgavam imprescindíveis à inserção da cidade no “mundo modernizado”. Essas intervenções representaram também uma dupla solução: a de modernização da capital e a de auto-segregação das classes dominantes locais. Isto se deu na medida em que superavam o antigo desenho irregular da cidade colonial, em que todas as classes conviviam no mesmo espaço, e refugiou a elite em seus espaços para se “proteger” do contato com as tidas como péssimas condições sociais, ambientais e sanitárias da cidade.

O segundo momento (1930-1964) foi marcado por uma mudança de atuação governamental no campo da habitação. O Estado passou de legislador (controlador e repressor) para criador das condições de uso e de produção habitacional e produtor direto de moradias. Passa, efetivamente, a conceber residências, disponibilizando não somente a infra-estrutura necessária, como observado nas décadas de 1900 a 1920, mas também, o financiamento, os materiais e a mão-de-obra para sua edificação. Verificou-se, nesse sentido, que os fluxos migratórios, ocasionados pelas secas e as obras de modernização e embelezamento, em direção à capital, acabaram por gerar como consequência uma aglomeração popular mal alojada em habitações precárias. Afigurou-se, então, o surgimento das primeiras favelas na cidade e constatou-se que apesar de existirem anteriormente em Natal, essas habitações só passaram a serem consideradas um “problema urbano” e não somente sanitário pelas autoridades, em meados da década de 1950 e início da década de 1960, quando se mostraram um empecilho ao projeto de industrialização proposto pela elite política na época. Uma síntese da atuação pública perante os problemas no campo da habitação evidenciados no período estudado pode ser formulada. Às soluções resumem-se: a legislação punitiva e restritiva, verbalizada pelos Códigos de Postura, que marcaram as intervenções públicas na cidade e na habitação até meados de 1920; as reformas estéticas e de higiene, baseadas nos princípios apregoados em fins do século XIX e que perduraram até fins da década de 1920, retornando na década de 1950; a produção ou financiamento público de habitações nos subsídios, identificadas a partir de 1930; a concessão de terras na periferia aos IAP's e CAP's, principalmente a partir dos anos de 1940; a criação de bairros e loteamentos periféricos; a redução dos preços dos terrenos para facilitar a aquisição do lote e/ou da casa própria; e a remoção e a capacitação de favelas. Estas ações evidenciam a participação de vários agentes, em diversos papéis, na produção da moradia e da cidade, tanto por parte da população como da administração pública.

Conclui-se, portanto, que em Natal, as ações estatais no campo da habitação social consolidadas na primeira metade do século XX, foram justificadas por dois discursos: o que combatia a insalubridade, eixo central das normativas e das propostas de transformação do espaço urbano da cidade; e aquele que pretendia a modernização e a dinamização de sua estrutura e economia, para gerar benefícios às elites.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Aluizio. **O que eu não esqueci**: reminiscências políticas (1933-2001). Rio de Janeiro: Leo Cristiano Editorial, 2001.
- A REPÚBLICA**, Natal, 03 dez.1932. n.608, p.01.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1999.
- DANTAS, George. **Linhas convulsas e tortuosas retificações**: transformações urbanas em Natal nos anos 1920. São Carlos, 2003, 191p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos – EESC-USP.
- FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil**. Barcelona, 1996, 450p. Tese de doutorado. Universidade de Barcelona.
- OLIVEIRA, Giovana Paiva. **De cidade a cidade**: o processo de modernização de Natal 1889/1913. Natal: EDUFRRN, 1999.
- O NOVO ramal. **Diário de Natal**, 28/03/1926, n.73, p.01.
- O PROBLEMA do tecto. **Diário de Natal**, 17/03/1926, n.63, p.01.
- SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889 – 1930)**. Natal: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.